

Senado irá examinar acordo com o Fundo Monetário Internacional

Em comunicação aos senadores, Antonio Carlos Magalhães esclareceu que caberá à Comissão de Assuntos Econômicos definir se haverá necessidade de submeter ao plenário a carta de intenções enviada ao FMI



Antonio Carlos Magalhães, entre os senadores Lucídio Portella e Lúcio Alcântara, anunciou a decisão ao responder requerimento apresentado por Eduardo Suplicy. ACM já solicitou ao governo, para a análise a ser feita pelos senadores, toda a documentação relacionada com o acordo firmado com o FMI

O Senado examinará o acordo firmado entre o governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A comunicação foi feita ontem ao plenário pelo presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães. Ele explicou que isto ocorrerá porque os entendimentos com o FMI desta vez se confundem com operações – contratadas junto ao Banco Mundial (Bird), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Banco de Compen-

sações Internacionais (BIS) – que, por exigência constitucional, devem ser aprovadas pelos senadores.

O Ministério da Fazenda enviará ao Senado toda a documentação relativa ao acordo com o FMI, mas Antonio Carlos entende que só as operações com o Bird, o BID e o BIS devem ser votadas pelo plenário. Ele admitiu rever tal posição, se a Comissão de Assuntos Econômicos opinar de forma diferente sobre a questão.

PÁGINA 3



Vai à Câmara projeto sobre língua de sinais

O Senado enviou à Câmara projeto que obriga o poder público a apoiar a Linguagem Brasileira de Sinais. A proposta, de autoria da senadora Benedita da Silva, foi aprovada terminativamente na Comissão de Assuntos Sociais e beneficia portadores de surdez.

PÁGINA 6

Paraíba refinanciará suas dívidas

PÁGINA 3

Senado votou 13 matérias na semana

PÁGINA 7

Serra debate com a CAS os cortes na saúde

O ministro da Saúde, José Serra, admitiu ontem que devem faltar recursos para o Sistema Único de Saúde no próximo ano.

Ele participou de audiência das comissões de Assuntos Sociais (CAS) do Senado e de Seguridade Social da Câmara. No debate, coordenado pelo presidente da CAS, senador Ademir Andrade, os parlamentares analisaram os efeitos dos cortes nos programas de saúde. Serra defendeu a prorrogação da CPMF.

PÁGINA 5



Na audiência pública, os senadores Leomar Quintanilha e Ademir Andrade e o deputado Roberto Santos ouvem a exposição do ministro José Serra sobre os programas de saúde do governo

CAS debate medicina ortomolecular

Defensores e médicos contrários à terapia concordam em pelo menos um ponto: o importante é saber discernir os bons dos maus profissionais que praticam o método

Separar "o joio e o trigo", no que se refere aos bons e maus profissionais que praticam a medicina ortomolecular. Este foi o desafio identificado por especialistas que debateram o assunto quarta-feira na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O senador Ademir Andrade (PSB-PA), presidente da comissão, mediou as discussões, que tiveram como tema central duas resoluções publicadas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) determinando limites para práticas de medicina consideradas alternativas.

A audiência, que atendeu a requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC), reuniu os médicos representantes do Conselho Federal de Medicina, Júlio César M. Gomes e Renato Maia, e, falando pelos praticantes da medicina ortomolecular, os doutores Jorge Martins de Oliveira, professor titular da UFRS, e Efraim Olszewer, presidente da Associação Brasileira de Oxidologia.

Durante o debate, Jorge e Efraim apontaram falhas nas resoluções que

tratam do assunto e afirmaram que não consideram a medicina ortomolecular uma prática alternativa porque, de acordo com eles, os bons médicos da área não dispensam as técnicas da medicina convencional. Ambos defenderam que as inovações utilizadas sofrem oposição própria a tudo que é novo.

Para os representantes do CRM, a prática ortomolecular tornou-se um modismo porque oferece, entre outras vantagens, o rejuvenescimento. O conselho, de acordo com o doutor Renato Maia, quer alertar a população contra ilusões que possam estar sendo oferecidas. Diz, ainda, que muitas das vantagens obtidas nos medicamentos receitados pelos profissionais da medicina ortomolecular podem ser obtidas através da boa alimentação e da prática de exercícios físicos.

As senadoras Benedita da Silva (PT-RJ), Marina Silva (PT-AC) e Emília Fernandes (PDT-RS) apresentaram questões aos debatedores que visavam saber o que de bom poderia ser ofereci-



O senador Ademir Andrade (centro), presidente da CAS, disse que as posições se radicalizaram e espera que o tema possa ser aprofundado

do pela medicina ortomolecular à população. Para os adeptos da prática, como Jorge, "os pacientes podem melhorar sua qualidade de vida com a reposição de nutrientes e despoluição do organismo contaminado com metais pesados". Mas os representantes do CRM manifestaram dúvidas quanto ao sucesso da terapêutica. Renato disse que "não se sente confortável para recomendar tratamento através da prática

ortomolecular", embora admita que existem estudos provando que o uso da vitamina E, por exemplo, pode reduzir doenças, como as que atingem o coração.

Encerrando a audiência, o senador Ademir Andrade disse que as posições manifestadas pelas duas partes foram "radicalizadas". Ele espera que o debate sirva para aproximar as correntes distintas e que, em outra oportunidade, o tema possa ser aprofundado.

Amorim diz que União aplica menos do que deveria em educação básica

Desde 15 de outubro de 1995, o governo federal anunciou uma série de medidas na área educacional que hoje se revelam "uma farsa dos tecnocratas", pois o que se alardeou como valorização da educação não conta com a necessária e correspondente alocação de recursos, afirmou ontem o senador Ernandes Amorim (PPB-RO).

Em nome do ajuste fiscal, acrescentou, não só os recursos para as áreas sociais foram reduzidos como o governo procura aprovar uma nova rodada de aumento de impostos, buscando tornar a CPMF permanente e criar um imposto sobre os combustíveis.

Diante disso, o senador sugeriu que os líderes partidários analisem melhor as propostas de novos impostos e criticou a dinâmica de decisões dominante no Congresso. Na opinião de Amorim, o voto parlamentar individual tem sido desvalorizado em favor do voto de liderança.

Na área da educação, o senador disse que sua "pretensão valorização"



Amorim afirmou que os cortes do ajuste fiscal não pouparam as áreas sociais mais importantes

pode ser evidenciada pelos números do Orçamento de 1998, ano em que passou a vigorar o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef).

– O valor mínimo a ser aplicado por aluno deveria ser de R\$ 315. Porém, o efetivo foi de R\$ 415. Isso representa que, de R\$ 1,5 bilhão que o Executivo deveria investir no Fundef, apenas meio bilhão foi repassado a estados e municípios a título de complementação, ou seja, um terço

do exigido por lei – afirmou, para quem um novo imposto como o que taxará os combustíveis só teria sentido caso sua destinação fosse vinculada à educação.

PRESSÕES

Para o senador, as atuais circunstâncias que prejudicam as áreas sociais resultam "da desordem econômica criada pela própria área econômica do governo", daí, no seu entendimento, as pressões para que os parlamentares não apoiem a instalação de uma CPI sobre a privatização do sistema Telebrás.

Em aparte, Epitácio Cafeteira (PPB-MA) disse não ter assinado o requerimento pela CPI mas que, faltando o 27º senador, ele assinará o pedido. Edison Lobão (PFL-MA), por sua vez, contestou a alegação de que o voto de liderança seja uma característica própria do Congresso brasileiro, pois todos os Parlamentares o utilizam, conforme a melhor tradição democrática das instituições representativas. Para recorrer do voto dos líderes, explicou, basta solicitar a votação nominal.

Rádio Senado retrata vida e música de Geraldo Pereira

O compositor do samba *Falsa Baiana*, Geraldo Pereira, é o personagem principal do programa *A Música do Brasil*, que vai ao ar neste fim de semana na Rádio Senado (sábado às 16h e domingo às 22h). Violonista, cantor e compositor, Geraldo Pereira foi um dos grandes talentos da MPB entre as décadas de 30 e 50, capaz de aproximar-se da perfeição na junção de ritmo e letra, garante o apresentador do programa, senador Artur da Távola.

Já o programa *A Música Erudita e seus Mestres* apresenta, amanhã e domingo, a trilha sonora do filme *Sabrina*, dirigido por Sydney Pollack e estrelado por Harrison Ford e Julia Ormond. A música, que está no limite entre o clássico e o popular, foi composta por John Williams.

A Rádio Senado também dá continuidade, neste fim de semana, à apresentação da série *Brahms – Vida e Obra*. O 26º programa da série traz a *Sinfonia nº 02 em Ré Maior – Opus 73*, pela primeira vez apresentada a 30 de dezembro de 1877. Os dois programas de música erudita também são apresentados pelo senador Artur da Távola.

E o programa *Especial do Mês* reapresenta, hoje e amanhã, às 20h, a entrevista com a cantora Nana Caymmi.

TV mostra que diabetes está crescendo no Brasil

O Brasil tem cerca de cinco milhões de diabéticos, sendo que 40% deles não sabem que têm a doença. A estimativa foi apresentada pelo endocrinologista José Bernardo Peniche, em entrevista ao programa *Consulta Marcada* produzido pela TV Senado.

Peniche, que é consultor do Ministério da Saúde na execução do Programa Nacional de Diabetes, explica o que é a doença, quais os seus sintomas e riscos e como deve ser tratada. Deixa, também, um alerta: "Quem é obeso e tem parentes diabéticos deve fazer o exame de diabetes três vezes por ano".

O *Consulta Marcada* vai ao ar nesta sexta-feira às 13h30, 21h15 e 23h.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1998

PRESIDENTE	
Antônio Carlos Magalhães	
▶ 10h - Preside sessão não deliberativa do Senado	
▶ 10h30 - Recebe o vereador Miguel Colassuno (PPB-SP)	
PLENÁRIO	
▶ 9h - Sessão não deliberativa	
PREVISÃO DA SEMANA	
Segunda-feira (30.11.98)	
▶ 14h30 - Sessão não deliberativa	
Terça-feira (1.12.98)	
▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária	
Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno da "PEC nº 19/97, que dispõe sobre funcionamento e gestão do SUS; "PDL nº 21/98, que aprova o texto da convenção para prevenir e punir os atos de terrorismo, concluída em Washington, em fevereiro de 1971; "PDL nº 90/98, que autoriza o envio de tropas armadas e equipamentos para ajudar na realização dos trabalhos da Missão de Observadores Militares Equador/Peru; e "PDL nº 94/98, que aprova a solicitação de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos.	
COMISSÕES	
Terça-feira (1.12.98)	
▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos	
▶ 10h30 - Comissão de Educação	

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antônio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Alves denuncia uso eleitoral da máquina administrativa

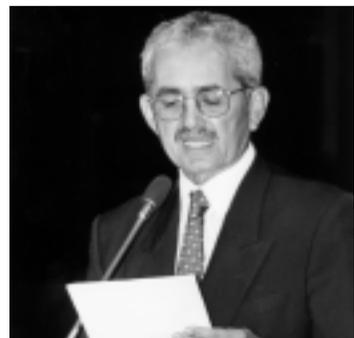
A igualdade de condições entre candidatos a cargos eletivos somente estará garantida se houver um controle rigoroso do uso da máquina administrativa, alertou ontem o senador José Alves (PFL-SE). Citando as últimas eleições para o governo de Sergipe, o senador acusou o governador reeleito, Albano Franco, de ter feito uso ostensivo da máquina administrativa do estado, "pressionando funcionários, demitindo e ameaçando demitir ocupantes de cargos em comissão, caso esses servidores não declarassem apoio à reeleição".

— Instituíram-se o medo e o terror nas repartições estaduais, utilizando-se para tal o argumento da quebra da estabilidade dos funcionários públicos — afirmou.

Alves relatou episódios que a seu ver caracterizaram uso abusivo da máquina pública em proveito eleitoral. Citou acordos feitos para o pagamento, pelo governo do estado, de dívidas judiciais a empreiteiras, em parcelas com vencimento previsto para uma semana antes das eleições, e a venda da Empresa de Energia de Sergipe (Energipe) pelo valor de R\$ 440 milhões. Para Alves, o "governo perdeu a oportunidade histórica de mudar o perfil socioeconômico do estado", usando os recursos na campanha eleitoral.

Mesma opinião manifestou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). "O estado lamentavelmente jogou dinheiro fora, gastando em obras meramente eleitoreiras", disse Valadares. Em aparte, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) destacou que o uso da máquina administrativa ficou comprovado nas últimas eleições, "principalmente nos pequenos e médios municípios". Já o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou que as informações trazidas por José Alves comprovam a impropriedade do instituto da reeleição para todos os cargos executivos.

— É preciso banir a reeleição, não apenas dos prefeitos, mas também de governadores e para presidente da República. Os prefeitos não podem ser bodes expiatórios de um mal que também é estadual e federal — enfatizou Josaphat Marinho.



José Alves acusa governador de Sergipe de semear o "terror" para se reeleger

CAE vai analisar acordo com FMI

Antonio Carlos Magalhães esclarece, em resposta a requerimento do senador Eduardo Suplicy, que plenário irá votar empréstimos contratados pela União junto ao BID e ao Banco Mundial



ACM obteve de Malan a garantia de que o Senado receberá a documentação relativa ao acordo com o FMI e às operações com o BID e o Bird

Os dispositivos citados do Regimento Interno são:

Art. 389 - O Senado apreciará pedido de autorização para operações externas, de natureza financeira, de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios, instruído com:

- documentos que o habilitem a conhecer, perfeitamente, a operação, os recursos para satisfazer os compromissos e a sua finalidade;
- publicação oficial com o texto da autorização do Legislativo competente;
- parecer do órgão competente do Poder Executivo.

Parágrafo único - É ilícito a qualquer senador encaminhar à Mesa documento destinado a complementar a instrução ou o esclarecimento da matéria.

Art. 390 - Na tramitação da matéria de que trata o artigo anterior, obedecer-se-ão às seguintes normas:

- lida na hora do expediente, a matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de ser formulado o respectivo projeto de resolução, concedendo ou negando a medida pleiteada;
- a resolução, uma vez promulgada, será enviada, em todo o seu teor, à entidade interessada e ao órgão a que se refere o art. 389, c, devendo constar do instrumento da operação.

Art. 391 - Qualquer modificação nos compromissos originariamente assumidos dependerá de nova autorização do Senado.

Art. 392 - O disposto nos artigos anteriores aplicar-se-á, também, aos casos de aval da União, estado, Distrito Federal ou município, para a contratação de empréstimo externo por entidade autárquica subordinada ao governo federal, estadual ou municipal.

Aprovada rolagem de dívidas da Paraíba

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas da Paraíba, no valor de R\$ 266,3 milhões. O contrato foi celebrado entre o estado e a União, no dia 31 de março deste ano, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, promovido pelo governo federal.

O valor total da dívida a ser adquirida pela União é de R\$ 266,3 milhões, mas serão deduzidos desse valor R\$ 22,1 milhões relativos a subsídio concedido pela União e a créditos de atualização monetária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O valor a ser financiado corresponde, portanto, a R\$ 244,2 milhões.

Os encargos previstos no contrato incluem juros de 6% ao ano, calculados sobre o saldo devedor, e amortização de R\$ 11,3 milhões, correspondente a 20% da dívida mobiliária do estado, deduzidos os créditos relativos à atualização do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para exportação.

Está prevista ainda a amortização de R\$ 232,9 milhões, que serão pagos em 360 prestações mensais. As garantias para a operação são as receitas próprias do estado, créditos e transferências constitucionais.

O parecer favorável ao pedido da Paraíba foi relatado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) na Comissão de Assuntos Econômicos, que aprovou a matéria e a encaminhou ao plenário.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou ao plenário ontem que obteve do Ministério da Fazenda "a garantia de que o Poder Executivo enviará ao Senado Federal exposição de motivos contendo a descrição do programa de apoio externo ao ajuste da economia brasileira e a documentação referente às operações com o FMI e o BIS (Banco de Compensações Internacionais)". Todos os documentos serão submetidos à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) junto com as informações relativas às operações de crédito em detalhamento no Banco Mundial (Bird) e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A comunicação feita por Antonio Carlos ao plenário "e em particular ao senador Eduardo Suplicy" (PT-SP), em função de questão de ordem apresentada pelo senador petista na sessão do último dia 17, esclareceu que os órgãos técnicos da Casa entendem que as operações com o BIS, o BID e o Bird "serão materializadas em contratos de abertura de crédito e, portanto, sujeitam-se à autorização do Senado, tal qual estabelecido no artigo 52, inciso V, da Constituição".

Já a operação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), acrescenta o texto lido pelo senador Antonio Carlos Magalhães no plenário, "não tem forma contratual e assemelha-se mais a uma operação de troca de moedas do que a uma operação clássica de empréstimo; além disso, as diversas formas de operação com o FMI já se encontram incorporadas ao Direito interno brasileiro, por força da aprovação, pelo Congresso, do convênio constitutivo do organismo e alterações posteriores".

Em função dessa aprovação, destacou o presidente do Senado, "no passado pre-

valeceu o entendimento de que não dependem de autorização senatorial as operações com o fundo". Antonio Carlos ressaltou, no entanto, que "no presente caso há expresso vínculo entre as operações com o FMI, o BIS, o Bird e o BID, razão pela qual aquele entendimento adotado em operações anteriores não se aplica à situação atual".

A partir desse entendimento, a presidência da Casa decidiu que, "tão logo o Poder Executivo envie ao Senado a documentação referente às operações com os organismos internacionais mencionados, submeterá esses documentos à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis, estabelecidas no inciso V do artigo 52 da Constituição, assim como nos artigos 389 a 392 do Regimento Interno e na Resolução 50, de 1993, do Senado Federal".

Depois de ler o texto, o presidente acrescentou:

— Em poucas palavras, quando tivermos essa documentação, examinaremos na Comissão de Assuntos Econômicos, e esse entendimento da Mesa poderá ser modificado na comissão competente, porque entendem a Mesa e também o Ministério da Fazenda que apenas as operações do Bird e do BID são submetidas ao plenário deste Senado. Mas se a comissão revir esse entendimento, a Mesa nada tem a fazer a não ser cumprir a decisão da comissão, na ocasião própria em que vier a exposição de motivos.

DISPOSITIVO CITADO

O inciso V do artigo 52 da Constituição estabelece que compete privativamente ao Senado Federal "autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios".

Contas públicas serão acessadas pela Internet

Foi aprovado na sessão plenária de ontem projeto de lei que obriga o Tribunal de Contas da União (TCU) a manter página na Internet com informações sobre os tributos arrecadados pela União; relatórios resumidos da execução orçamentária da União, estados, municípios e do Distrito Federal; balanço consolidado das contas públicas; e relação das compras mensais feitas pela administração direta e indireta. A matéria irá à sanção presidencial.

O projeto foi apresentado este ano pelo deputado Luiz Carlos Hauly e teve como relator na Comissão de Educação do Senado o senador Joel de Hollanda (PFL-PE), que deu parecer favorável à proposição. Segundo o senador, ela "contribuirá de forma efetiva, com baixo custo e sem acréscimos de despesas, para a democratização de tais informações e fiscalização dos recursos financeiros repassados às diversas unidades da Federação, suas autarquias e outras entidades".



Joel de Hollanda diz que a medida irá democratizar o acesso a informações públicas

— Ao justificar a proposta, o deputado disse que a medida tem por objetivo dar maior transparência às contas públicas em todos os níveis. A Internet, observou, é um meio de comunicação que pode ser eficiente instrumento na divulgação de dados governamentais.

Requião questiona doações para campanha de FHC

“Não estaria na hora de o presidente da República pensar num código de autocontenção?” A indagação foi feita pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), ao confrontar ontem, em plenário, notícias sobre o que o presidente pensa do poder da imprensa e o que a imprensa divulgou sobre doações do grupo La Fonte Investimentos, do empresário Carlos Jereissati, para a campanha presidencial.

– Como um grupo denominado pelos seus ministros de “rataiada” e “telegangue” pode cobrir os furos de caixa da campanha do presidente da República, enquanto Sua Excelência propõe que o Congresso discuta limitações à imprensa ou, na vocalização do porta-voz Sérgio Amaral, propõe que a própria imprensa se auto-regulamente? – questionou o parlamentar.

Requião referia-se à transcrição divulgada pelos jornais das conversas grampeadas de Mendonça de Barros e André Lara Resende, nas quais eles se referem com desprezo ao consórcio vencedor do leilão da Tele Norte Leste, integrado pelo grupo La Fonte. Na opinião do senador, quem precisa de auto-regulamentação é o próprio governo e o presidente Fernando Henrique Cardoso.

– A “rataiada”, depois de comer o queijo da Tele Norte Leste, retribuiu o favor, cobrindo furos de campanha do próprio presidente da República. É um paradoxo diante do qual o próprio filósofo Miguel de Unamuno teria dificuldades de dar forma – argumentou o senador.

Requião iniciou seu discurso lendo



Requião diz que o governo e o presidente da República precisam de auto-regulamentação

trechos de matérias segundo as quais, na opinião do presidente da República, a imprensa devia fixar os limites de sua atuação com normas de auto-regulamentação. Depois de comparar trechos de falas do presidente da República com declarações feitas pelo porta-voz Sérgio Amaral, que afirma ser Fernando Henrique contrário à censura, Requião apontou um antagonismo nessas manifestações.

Ele leu matéria relatando que as contas da campanha à reeleição de Fernando Henrique Cardoso, aprovadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, mostram que um dos maiores doadores foi o grupo La Fonte Investimentos, integrante do consórcio que adquiriu a Tele Norte Leste, e lembrou que Carlos Jereissati foi acusado pelo ex-ministro Mendonça de Barros de ter grampeado os telefones do BNDES.

Suplicy indaga por que leilão da Telebrás não foi adiado

Dado que o ex-ministro Mendonça de Barros tinha a informação de que, caso o leilão do sistema Telebrás fosse adiado por duas semanas, a União poderia arrecadar mais com a alienação da Telesp Participações S.A., pela entrada da empresa Bell South na concorrência, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quer saber por que o presidente da República não determinou o adiamento.

Suplicy apresentou ontem requerimento de informações ao ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, em que também pergunta as razões pelas quais a Presidência da República permitiu que o patrimônio da Telesp fosse adquirido por preço inferior ao que o mercado poderia oferecer. Além dele, assinam o requerimento os senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e José Eduardo Dutra (PT-SE).

Os senadores também solicitam as razões de a Presidência ter consentido na “frustração da licitude do processo licitatório”. Quanto à escuta telefônica, perguntam quais as funções do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações, órgão que atua junto ao Palácio do Planalto. Afinal, consideram, como é possível que “as conversas telefônicas do próprio presidente da República sejam difundidas como se fossem discurso para a *AVoz do Brasil*”?



Suplicy apresentou requerimento assinado por mais três senadores

Os senadores pedem ainda o embasamento legal que sustentaria a afirmação do presidente de que os parlamentares estariam confundindo leilão com licitação e que o ministro e o presidente do BNDES não teriam, por lei, a função de juízes. Pelos instrumentos legais, afirmam, a privatização deve ser conduzida pelo ministro conforme os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, e não “orientando a ação dos potenciais compradores de empresas estatais no leilão, realizando empréstimos oficiais a taxas subsidiadas, autorizando avais e coordenando a ação de fundos de pensões ligados às estatais”.

Senado vota na próxima semana garantia de recursos para o SUS

Proposta de emenda constitucional define percentuais mínimos a serem aplicados pela União, estados e municípios

O plenário do Senado deverá votar na próxima semana a proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que obriga a União, os estados e os municípios a destinarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS). A emenda recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Esperidião Amin (PPB-SC), que propôs pequenas alterações em um projeto substitutivo.

De acordo tanto com a proposta original quanto com o substitutivo, a União terá que destinar todo ano pelo menos 30% dos recursos do seu orçamento de seguridade social para o Sistema Único de Saúde. Os estados e o DF destinarão ao SUS pelo menos 12% e os municípios 10%, incluídas as receitas provenientes de transferências constitucionais da União.

O município que não cumprir a determinação poderá sofrer intervenção tanto da União quanto do estado.

Antonio Carlos Valadares afirma que a Constituição de 88 contém na parte que trata da Seguridade Social conceitos avançados. No entanto, a falta de detalhamento sobre competências de cada nível de governo e fontes de recursos “provocou uma ruptura na estrutura do recém-criado Sistema Único de Saúde”, passando a falsa impressão de que o sistema não tem condições de funcionar. Por isso, ele quer garantir recursos mínimos para o bom funcionamento do SUS.

Depois de lembrar que no Brasil são gastos pouco mais de US\$ 100 por pessoa no setor de saúde, o relator, Esperidião Amin, informa que, em 1995, os estados brasileiros gastaram em média 6% de seus orçamentos com saúde, enquanto os municípios destinavam 12% à área. A situação melhorou um pouco nos últimos anos, conforme dados do governo citados pelo relator, mas a participação dos estados e municípios no financiamento da saúde ainda não é suficiente. Apesar de reconhecer que o problema da saúde no país não se deve apenas à falta de dinheiro, Amin pondera que a determinação de aplicações mínimas da União, dos estados e dos municípios ajudará a reverter a situação.

Na quarta-feira, o plenário do Senado discutirá propostas que tratam da prevenção, fiscalização e repressão ao tráfico de drogas. Estão tramitando juntos dois projetos – um do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e outro do deputado Elias Murad (PSDB-MG). O relator das duas propostas na CCJ, senador Romeu Tuma (PFL-SP), decidiu propor um projeto substitutivo, aproveitando os dois textos.

O projeto mantém punições severas para traficantes, mas sujeita os con-



Plenário também discutirá na próxima semana propostas para prevenção e repressão ao tráfico de drogas

sumidores de drogas apenas a advertência e tratamento médico. E traz uma inovação importante: integrante de quadrilha que revelar os nomes dos seus colegas, de forma espontânea, poderá não ser indiciado criminalmente. São estabelecidas várias medidas educativas para aplicação pelos juízes, como a prestação de serviços à comunidade e até suspensão

temporária da habilitação para conduzir veículos.

A proposta inova também ao instituir o dever de sigilo processual, desde a fase do inquérito policial, e proíbe a divulgação dos valores das drogas apreendidas. Além disso, o projeto substitutivo permite a redução da pena quando o condenado estiver disposto a trabalhar.

Valadares quer obrigar o governo a aplicar na saúde

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 19, que define a aplicação de recursos da União, estados, municípios e Distrito Federal no Sistema Único de Saúde (SUS), foi debatida na sessão plenária de ontem. A matéria estará em discussão pela última vez na sessão deliberativa de terça-feira, podendo então ser votada.

De autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a PEC tem parecer favorável do relator, senador Esperidião Amin (PPB-SC), que apresentou substitutivo, já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Pela proposta, a União aplicará, anualmente, no mínimo 30% do seu orçamento de seguridade social na saúde. Os estados e o Distrito Federal deverão destinar à saúde pelo menos 12% do orçamento e os municípios o mínimo de 10% de suas receitas, incluídas as obtidas com transferências constitucionais da União.

Valadares disse, no plenário, que sua proposta obriga o governo a alocar recursos para a saúde. Ao longo do tempo, mesmo com a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a saúde “não saiu do buraco”, segundo o senador. Afirmando que esse setor se tornou instrumento para ganhos exorbitantes de empresas privadas, ele lembrou do esforço do então ministro da Saúde, Adib Jatene, para conseguir apoio à aprovação da CPMF.

– Jatene entrou de boa-fé para obter apoio e ficou frustrado devido à falta de compromisso do governo federal, que não transferiu o total de recursos da CPMF para



Valadares acredita que aprovação da PEC será a resposta do Senado ao problema do SUS

a saúde, o que acabou resultando em seu pedido de demissão. Nós fomos enganados no Senado ao apoiar a emenda que criou a CPMF – afirmou.

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) lembrou que acompanhou as negociações de Jatene no Senado.

– Eu tinha plena certeza de que os recursos da CPMF iriam para a saúde. Mas o que se está praticando é fraude – frisou.

Valadares disse que o aparte do senador foi elucidativo, observando que o atual ministro da Saúde, José Serra, também tem se queixado da falta de recursos.

– O ministro foi o primeiro a denunciar essa questão no governo e teve que se calar para não ser demitido. O governo tem outras prioridades – lamentou.

Para Valadares, a nota distribuída recentemente pelo ministro José Serra, com informações sobre a situação precária da saúde, é verdadeira e “simboliza a insatisfação que existe entre os parlamentares que votaram de boa-fé na CPMF”. Disse ainda que a aprovação da PEC deve ser a resposta do Senado para essa questão.

Serra defende prorrogação e aumento da CPMF

Em debate com comissões do Senado e da Câmara, ministro reconhece que hospitais sobrevivem aumentando números das intervenções e informa que, mesmo diante da escassez de recursos, reajustou preços de alguns procedimentos médicos

ACM é contra elevação de alíquota junto com novo imposto

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem não ser "aconselhável" elevar a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), dentro do programa de ajuste fiscal, e ao mesmo tempo criar o chamado "imposto verde", representado por uma sobretaxa no preço de venda a varejo da gasolina.



Antonio Carlos

A elevação da CPMF de 0,20% para 0,38%, mediante emenda constitucional que já está tramitando no Senado, faz parte do programa governamental para eliminar o déficit público e gerar um superávit, conforme ajustado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros órgãos internacionais de crédito, em resposta à crise financeira mundial. O "imposto verde" é uma proposta sugerida por empresários de São Paulo como forma de substituir ou atenuar o reajuste proposto para o imposto do cheque (CPMF).



Na reunião, os senadores Leomar Quintanilha e Ademir Andrade ouvem o ministro José Serra (D) fazer uma exposição sobre o problema da saúde no país

Durante audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Sociais do Senado e de Seguridade Social e Família da Câmara, realizada ontem pela manhã, o ministro da Saúde, José Serra, defendeu a prorrogação e a ampliação da alíquota da CPME. Ele manifestou essa posição ao responder pergunta do senador Ademir Andrade (PSB-PA) sobre a possibilidade de os recursos provenientes da contribuição serem utilizados exclusivamente na área da saúde.

Ademir Andrade, que é presidente da Comissão de Assuntos Sociais e autor de um dos requerimentos convidando o ministro da Saúde a participar da audiência pública conjunta, fez sete perguntas ao ministro. Numa delas, indagou a Serra sobre os prejuízos que o corte de R\$ 1,12 bilhão no orçamento da saúde para os últimos três meses de 1998 poderia trazer para o atendimento da população.

Apesar de afirmar que não faria comentários sobre a política econômica empregada pelo governo federal, Serra respondeu que, com uma melhor aplicação dos recursos disponíveis e com a solicitação de uma verba suplementar de R\$ 600 milhões que está sendo pleiteada, o ministério conseguirá fechar suas contas ao final do ano.

VALORES

Em sua intervenção, Ademir Andrade perguntou ao ministro sua opinião sobre os valores pagos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos procedimentos hospitalares. Ele denunciou que, enquanto estados e municípios completam os valores pagos aos hospitais públicos, o sistema privado só consegue sobreviver falsificando para mais o número de intervenções realizadas.

José Serra concordou com o comentário de Ademir Andrade de que o SUS convive com o problema dos baixos valores pagos e com a tendência à fraude. Por outro lado, mesmo reconhecendo a insuficiência dos valores pagos, informou que, na sua gestão, o Ministério da Saúde reajustou alguns procedimentos nas áreas de emergência e maternidade.

Autores na Câmara do requerimento solicitando a presença de Serra na audiência pública, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e o deputado Eduardo Jorge (PT-SP) defenderam a vinculação da CPMF para evitar que os recursos arrecadados com a contribuição sejam utilizados em outra área. O ministro da Saúde respondeu que é favorável à proposta e que ele próprio, logo que assumiu o ministério, lutou pela vinculação, mas a oposição foi contrária.

Ministro admite que faltarão recursos para o SUS

O ministro da Saúde, José Serra, admitiu ontem que, de acordo com a proposta orçamentária enviada pelo governo federal ao Congresso, devem faltar recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS) em 1999. A afirmação foi feita na reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais do Senado e da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

De acordo com Serra, a falta de dinheiro para custear o funcionamento do SUS não deve manifestar-se no primeiro

semestre do próximo ano e é nesse período que o ministro espera resolver o problema. O SUS sofreu um corte de R\$ 700 milhões na comparação entre as duas propostas de orçamento elaboradas pelo Ministério do Planejamento este ano. Outros R\$ 300 milhões foram cortados da compra de medicamentos e vacinas, pagamento de precatórios e cancelamento de contratos, entre outros.

Em sua exposição, Serra listou as iniciativas de sua gestão à frente do ministério, que incluíram novos elementos no

atendimento à saúde da população, mas que, por outro lado, conferiram maior rigidez nos gastos de sua pasta.

RECURSOS

O Piso de Atenção Básica, muito importante segundo o ministro, repassado diretamente aos municípios, é um desses novos elementos. O Programa de Saúde da Família (PSF), continuou Serra, também tem o papel de tornar mais eficiente a distribuição dos recursos do setor.

— O PSF é um programa extraordinário

para o futuro da saúde dos brasileiros. Trata-se de um subsídio aos municípios na formação de equipes de atendimento às famílias, compostas por médicos, enfermeiros e agentes de saúde — explicou.

Serra informou que, antes de assumir o ministério, esse subsídio variava entre R\$ 14 mil e R\$ 21 mil e foi elevado para valores entre R\$ 27 mil e R\$ 28 mil. O PSF trata da prevenção e evita que as pessoas procurem os hospitais por falta de opção.

Senadores temem que cortes levem à descontinuidade de programas

Diversos senadores demonstraram preocupação, durante a audiência pública do ministro da Saúde, José Serra, com a possibilidade de descontinuidade de programas do ministério, devido a cortes orçamentários. O senador Romero Jucá (PFL-RR) quis saber se as contenções de despesas anunciadas na nova proposta orçamentária para 1999 inviabilizam a implantação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O ministro garantiu que a instalação do órgão, responsável pela fiscalização dos medicamentos e demais serviços de saúde, não está comprometida. "A agência terá receita própria de cerca de R\$ 100 milhões por ano, oriunda, entre outras fontes, da cobrança do licenciamento dos remédios", explicou José Serra.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) solicitou informações sobre o programa de reforma de hospitais anuncia-

do pelo Ministério da Saúde. O ministro também garantiu a manutenção das obras, orçadas, segundo ele, em cerca de R\$ 25 milhões. José Serra respondeu a outra questão colocada pela senadora fluminense sobre investimentos em programas de hemodiálise — tratamento a que são submetidos os doentes renais crônicos e que consiste na filtragem externa do sangue. De acordo com o ministro da Saúde, atualmente o setor privado responde por 70% dos serviços de hemodiálise. Ele informou que a intenção do governo é ampliar a participação do setor público a mais de 60%, que passaria a ser referência no serviço.

Para o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), os problemas da saúde concentram-se na carência de recursos. "Se não fortalecermos as vinculações orçamentárias para a saúde, ficará difícil que se vote favoravelmente à CPME" O se-



Na comissão, senadores questionaram ministro sobre efeitos dos cortes de recursos na saúde

gador Osmar Dias (PSDB-PR) elogiou a gestão de José Serra frente ao Ministério da Saúde. Ele destacou "a luta pela manutenção das dotações orçamentárias para o ministério e pelo atendimento às populações mais carentes e o esforço por moralizar a gestão dos recursos". Osmar Dias pediu especial atenção do ministro ao projeto de lei, aprovado pelo Senado, que permite aos doentes de câncer utilizarem produtos entorpecentes para amenizar a dor.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-

RS) apresentou dados da Organização Mundial de Saúde que colocam o Brasil em 10º lugar entre os países com piores índices de tuberculose. Segundo ela, são necessários recursos e políticas claras. "Sem isso, não se faz saúde." A senadora gaúcha levantou ainda questões sobre a autonomia de gestão nos hospitais públicos. O ministro argu-

mentou que houve avanços com relação ao combate de doenças endêmicas, incluindo a tuberculose. "Comparado com 1989, teremos no próximo ano um aumento de quase R\$ 100 milhões no volume de recursos para controle de endemias."

Com relação à autonomia nos hospitais públicos, Serra se disse favorável a um modelo de gestão que permita premiar a produtividade. "Temos que fazer isso, sem eliminar o caráter público do serviço de saúde", enfatizou.

Senado aprova projeto que reconhece linguagem de sinais

Proposta, que será agora apreciada pela Câmara, também obriga o governo a cuidar do tratamento de portadores de deficiência auditiva

Foi enviado ao exame da Câmara dos Deputados o projeto de lei da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) e define uma política para seu uso. O projeto teve aprovação terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e não houve recurso para sua apreciação pelo plenário do Senado. A matéria, que tem o objetivo de ajudar a integrar os portadores de surdez à sociedade, foi acolhida na forma de substitutivo apresentado pela senadora Marina Silva (PT-AC).

O texto aprovado obriga o poder público a garantir apoio ao uso e à difusão da Libras. A proposta prevê, ainda, que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem assumir responsabilidade pelo atendimento e tratamento aos portadores de deficiência auditiva.

Também de acordo com a proposição, os sistemas públicos de educação passarão a incluir o ensino da Libras nos cursos de formação de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério, em seus níveis médio e superior.



Benedita é a autora do projeto, que pretende estimular o uso da Libras

Benedita elogia acordo da área de educação

“Um diploma universitário comum aos países do Mercosul, ao lado do Chile e da Bolívia, representa um avanço no sentido de pôr fim às barreiras de atuação profissional dos diplomados nesses países”, afirmou ontem a senadora Benedita da Silva, aplaudindo o acordo firmado entre os respectivos ministros da Educação, no último dia 20, em Brasília.

O acordo prevê a criação, até 2001, de agências encarregadas de definir os critérios comuns para que os diplomas universitários obtidos em qualquer um dos seis países sejam aceitos nos demais, explicou Benedita. “A iniciativa pode evitar que se repitam situações como a dos dentistas brasileiros em Portugal, proibidos de exercerem a ati-

vidade profissional por falta de reconhecimento de seus diplomas universitários”, argumentou.

Segundo Benedita, Brasil e Argentina saíram na frente no processo de integração. “Já contam, cada um, com seu Conselho Nacional de Educação, que será o órgão responsável pelo reconhecimento dos diplomas. Isso porá abaixo as barreiras, hoje existentes, que impedem os profissionais de exercerem suas atividades pelo simples fato de seus diplomas não serem reconhecidos legalmente nos países em que se encontram”, explicou.

Para dar início ao processo, numa fase experimental, foram escolhidos os cursos de Agronomia, Engenharia e Medicina, por serem considerados de maior

interesse para a região, relatou Benedita. “Assim, esses profissionais poderão sair da clandestinidade e atuar como agentes cooperadores do desenvolvimento no Mercosul, propiciando maior integração de conhecimento técnico-científico entre os países-membros.”

A previsão para o reconhecimento pleno de todos os diplomas universitários entre esses seis países será de uma década, informou a senadora pelo Rio de Janeiro. “Nos próximos dois meses, eles enviarão projeto de estímulo à difusão de cursos de língua portuguesa e espanhola ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Isso será de vital importância para o sucesso do intercâmbio educacional e profissional no Mercosul”, concluiu Benedita.

Mauro diz que Goiás perdeu mais em corte orçamentário

“Buscaram a tesoura mais afiada para cortar os recursos destinados a Goiás, mas não fizeram o mesmo com outros estados, principalmente os que são politicamente mais fortes, como São Paulo.” A afirmação foi feita pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que se declarou “indignado com a insensibilidade dos burocratas que manipulam os números do Orçamento” para 1999.

Ele disse reconhecer as dificuldades do país para equilibrar as contas públicas e reconquistar a confiança dos investidores, mas observou que “nem por isso podemos fechar os olhos para a falta de critérios dos cortes oficiais”.

– Vamos ter que lutar para mudar o quadro de penúria imposto à sociedade goiana. Os cortes foram drásticos em setores vitais como saúde, educação e saneamento. Temos que dizer um “não” para essa tentativa de empobrecer mais ainda o nosso povo – afirmou.

Valadares quer definir extensão de danos morais

Se for aprovado projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), estará sujeito a processo por danos morais quem atingir a honra, imagem e integridade das pessoas físicas ou o prestígio, o símbolo e a respeitabilidade de pessoas jurídicas e entes políticos. Os culpados poderão ser punidos com penas pecuniárias que variam de R\$ 5.200, para ofensa leve, até quantia superior a R\$ 100 mil, para ofensa gravíssima.

O projeto, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, visa estabelecer regras uniformes para a tipificação de crime de danos morais e sua reparação, compatíveis com os direitos e garantias individuais definidos na Constituição. “Com elas, os magistrados terão normas balizadoras para suas sentenças, acabando com as discrepâncias que ocorrem entre estados da Federação”, afirma Valadares, na justificativa do projeto.



Valadares

Segundo o projeto, o juiz levará em conta, ao fixar o valor da indenização, “a situação social e econômica das pessoas envolvidas, as condições em que ocorreu a ofensa ou prejuízo moral, a intensidade da humilhação bem como a existência de retração espontânea”. No entanto, de acordo com a proposta, a capacidade financeira do causador do dano não autoriza a fixação da indenização em valor “que propicie o enriquecimento sem causa, ou desproporcional, da vítima”.

O projeto estabelece que somente o dano certo dá direito à reparação. “É preciso que a condição ou fato atinja de verdade a integridade da pessoa, não podendo estar limitado à imaginação ou convicção pessoal e exclusiva da suposta vítima.” Quando se tratar de opiniões ou comentários, orais ou escritos, eles somente ensejarão reparação de danos morais se caracterizarem calúnia, difamação ou injúria.

Privatização trará progresso para setor telefônico, afirma Miranda

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) disse ontem que o leilão de venda da Telebrás é um ponto marcante na história do desenvolvimento brasileiro. “Com a passagem da telefonia às mãos da iniciativa privada, a expectativa geral é de que será rapidamente atendida a demanda reprimida dos brasileiros por telefones e resolvida definitivamente a di-

ficiência atual de se obter uma linha, especialmente em alguns locais e horários. Outra esperança é a de que o custo das chamadas se reduza substancialmente”, acredita o senador.

Segundo Miranda, o Ministério das Comunicações estima que, em dez anos, o número de linhas fixas vai triplicar e o de celulares aumentará seis vezes.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Ginástica especializada
7h30 - *Especial Unip* - O médico Dráuzio Varela entrevista Maurício Bagnato. Assunto: O sono - terceira parte
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Unibiótica
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Sessão Plenária* (ao vivo)
12h30 - *Entrevista* - O senador Romero Jucá fala sobre os gastos públicos da União
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - O Folclore Goiano
20h30 - *Entrevista* - O senador Romero Jucá fala sobre os gastos públicos da União
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Consulta Marcada* - O endocrinologista José Bernardo Peniche fala sobre diabetes
21h55 - *Senado em Pauta*
22h - *Espaço Cultural/Especial* - Documentário sobre a bailarina brasileira Márcia Aidé
22h30 - *Especial/Unip* - O médico Dráuzio Varela entrevista Andranik Manisidjian. Assunto: Pediatria - 3ª parte
22h55 - *Senado em Pauta*
23h - *Consulta Marcada* - O endocrinologista José Bernardo Peniche fala sobre diabetes
0h - *Cores do Brasil* - São Luís do Maranhão
Obs.: Durante a programação serão transmitidos

flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa “Fala Cidadão”.
Destques de Sábado e Domingo:
11h, 17h e 23h - O jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista o ex-vice-presidente da República Aureliano Chaves sobre a história política do país
21h - Ópera Puccini

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
10h - Sessão Plenária (ao vivo)
20h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Nordeste”
21h - “Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste”
21h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste”
FINAL DE SEMANA
PROGRAMA ESPECIAL DO MÊS - 20h de sábado
A convidada do especial do mês é a cantora Nana Caymmi. Produção: Marcos Coutinho
MÚSICA ERÚDITA - 11h de sábado e 12h de domingo (reprise)
Trilha sonora do filme *Sabrina*, composta por John Williams. Apresentação: senador Artur da Távola
A MÚSICA DO BRASIL - 16h de sábado e 22h de domingo (reprise)
O trabalho de Geraldo Pereira, violonista, cantor, compositor e personagem do samba das décadas de 30 a 50. Apresentação: senador Artur da Távola
BRAHMS - VIDA E OBRA - 22h de sábado e 17h de domingo
“Sinfonia nº 02 em Ré Maior” - Opus 73. Apresentação: senador Artur da Távola
AUTORES E LIVROS - 10h30 de sábado e 19h30 de domingo (reprise)
Eduardo Bueno é entrevistado sobre seu livro mais recente. Apresentação: Margarida Patriota

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

Senado apreciou treze matérias nesta semana

Plenário já examinou 382 propostas somente neste ano. Sessão conjunta do Congresso na quarta-feira aprovou quatro medidas provisórias, enquanto as comissões tiveram dias de intensa atividade

O plenário do Senado apreciou 13 matérias nesta semana, entre elas a divulgação das contas públicas, via Internet, sob a responsabilidade do Tribunal de Contas da União. Já chega a 382 o número de propostas examinadas pela Casa durante o ano de 1998 (veja o quadro ao lado). Na quarta-feira, os senadores participaram também de sessão conjunta do Congresso Nacional que resultou na aprovação de quatro medidas provisórias.

A redação final da proposta de emenda constitucional estabelecendo limites para os gastos das câmaras municipais foi aprovada em redação final, assim como a renovação das concessões das rádios Cornélio Procópio (PR), Globo (DF) e Cultura de Araraquara (SP), e a indicação dos novos embaixadores junto à Argentina e Polônia – Sebastião do Rego Barros Netto e Carlos Alberto de Azevedo Pimentel.

Também nesta semana, os senadores aprovaram projeto que prevê autonomia de gestão para a prestação de serviços

navais, e autorizaram a inclusão de novo crédito no refinanciamento de dívida dos estados do Ceará e da Paraíba.

Foi igualmente intensa a atividade nas comissões do Senado. A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou o nome de Luiz Augusto Horta Nogueira para diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP). A Comissão de Educação deu parecer favorável à fixação de normas de formação de recursos humanos na área da saúde e a renovação de concessões de três rádios.

AUDIÊNCIAS

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deu parecer favorável a projeto da Câmara autorizando o Iapras a doar à Academia Nacional de Medicina imóveis destinados à instalação de centros de estudos e pesquisas. A CCJ também aprovou requerimento para ouvir, em sessão conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), esclarecimentos do ministro do Trabalho, Edward Amadeo, sobre proposta de alterações na organização sindical.

A CAS decidiu realizar mais uma audiência pública, para ouvir representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sobre problemas no Museu Paraense Emílio Goeldi, tendo aprovado também proposta permitindo ao empregado faltar ao trabalho para depor ou prestar serviço à Justiça.

Além disso, a comissão realizou, na quarta-feira, debate sobre a aplicação da medicina ortomolecular, e promoveu, ontem, junto com a Comissão de Seguridade Social da Câmara, audiência pública para ouvir o ministro da Saúde, José Serra, sobre o aumento proposto para a CPME.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou convite ao ex-presidente do BNDES, André Lara Resende, para prestar esclarecimentos sobre o processo de privatização da Telebrás, e autorização de refinanciamento da dívida da Paraíba, enquanto a Comissão de Educação aprovou normas de formação de recursos humanos na área da saúde.

Matérias aprovadas nesta semana

(de 23 a 26 de novembro)

Projetos aprovados e enviados à sanção	2
Projetos aprovados e enviados à promulgação	5
Escolha de chefes de missões diplomáticas	2
Total de matérias aprovadas	9
Propostas enviadas ao arquivo	4
Total de matérias apreciadas	13

Matérias apreciadas neste ano

Projetos aprovados e enviados à sanção	54
Projetos aprovados e enviados à promulgação	177
Projetos aprovados e enviados à Câmara	32
Escolha de chefes de missões diplomáticas	25
Escolha de autoridades	18
Emendas constitucionais promulgadas	2
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	4
Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Parecer aprovado sobre consulta ao plenário	1
Total de matérias aprovadas	314
Propostas enviadas ao Arquivo	68
Total de matérias apreciadas	382

CE discute na terça publicidade oficial

A Comissão de Educação (CE) reúne-se na próxima terça-feira para apreciar, entre outros itens, projeto de lei elaborado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos. A senadora Marina Silva (PT-AC), relatora da matéria, apresentou parecer favorável, com a inclusão de duas emendas.

Também está na pauta da CE proposta do senador Odacir Soares (PTB-RO) que trata da prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes, através da instituição de taxa de 10% sobre a

venda de produtos contendo nicotina, cuja arrecadação será destinada ao incentivo do esporte amador. O relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), concluiu pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que elaborou.

Além dessas matérias, a comissão deverá apreciar, ainda, projeto que determina a criação de serviços de atendimento ao público nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviços de rádio e televisão, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS). O relator da proposta, senador Lauro Campos (PT-DF), recomenda sua aprovação.



Projeto de Tuma sobre publicidade oficial recebeu parecer favorável da relatora, Marina Silva

Projeto de Simon dá desconto em passagens para idosos acima de 60

Pessoas com mais de 60 anos poderão ter descontos nas passagens interestaduais rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias, caso seja aprovado projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre o assunto. O projeto vai a votação nesta terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP). A votação tem caráter terminativo, ou seja, sua aprovação pela comissão vale como aceitação pelo plenário, salvo recurso de nove senadores. A matéria, entretanto, tem voto contrário do relator, senador José Saad (PMDB-GO).

Entre os dez itens em pauta na reunião da comissão está também o pro-

projeto de lei que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância e amplia os benefícios da merenda escolar. De autoria dos deputados Hélio Bicudo (PT-SP) e Rita Camata (PMDB-ES), já foi aprovado pela Câmara. O voto do relator, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), é favorável à sua aprovação pelo Senado. O projeto não é terminativo e vai a plenário.

A comissão deverá votar quatro pareceres do Banco Central referentes a operações de crédito para os estados de Santa Catarina (R\$ 311,9 milhões), Rio Grande do Norte (R\$ 99,2 milhões), Paraná (R\$ 3,85 bilhões) e Alagoas (R\$ 677,8 milhões).

Pedido paulista para emitir LFTs volta à CAE

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, acolheu na sessão de ontem requerimento do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) que remete de volta para exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) solicitação do governo de São Paulo para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado, destinadas à liquidação de precatórios judiciais pendentes.

Inicialmente a matéria foi declarada prejudicada, mas Jefferson Péres alegou que é relator na CAE de proposta semelhante. O senador perguntou por que a matéria havia sido prejudicada, e o presidente Antonio Carlos Magalhães respondeu que se baseou em ofi-

cio do presidente da CAE, senador Pedro Piva (PSDB-SP), que considerava o assunto não mais oportuno. O requerimento de Jefferson foi acolhido pela Mesa e aprovado pelo Senado.

O presidente do Senado retirou da pauta de votação do plenário mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso solicitando autorização para contratação de operação de crédito externo entre o Maranhão e o Banco Mundial, no valor de até US\$ 79 milhões, destinados ao financiamento parcial do projeto para reabilitação e conservação de rodovias no estado. A matéria também retornará à CAE para ser reexaminada pelos senadores.

Aureliano revela: Figueiredo era a favor das "diretas já"

O ex-vice-presidente da República e ex-governador mineiro Aureliano Chaves deixou de lado seu comedimento habitual e revelou fatos marcantes da história brasileira contemporânea no programa *Entrevista Especial*, da TV Senado. O programa vai ao ar amanhã e domingo, às 11h, 17h e 23h.

Na conversa de uma hora com os jornalistas Fernando César Mesquita e Rubem Azevedo Lima, Aureliano revelou, por exemplo, que o ex-presidente João Figueiredo (de quem foi vice) lhe dis-

se, no princípio do governo, ser favorável à aprovação da emenda das eleições diretas. Mesmo assim, a emenda não foi aprovada e a sucessão foi decidida no colégio eleitoral.

Outra surpresa, da mesma época: Ulysses Guimarães foi pedir-lhe apoio para essa mesma eleição no colégio eleitoral, que acabou vencida por Tancredo Neves. Aureliano negou-lhe – além de ter um perfil nitidamente oposicionista, Ulysses era paulista e não mineiro, como ele e Tancredo.



Proposta de Simon abrange passagens rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias

Rocha critica urgência no projeto que extingue manicômios

Na condição de relator da proposta, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) lamentou o pedido de urgência, apresentado por líderes partidários, para o projeto que extingue os manicômios no país. Segundo ele, a matéria é polêmica.

— Há um debate ideológico entre duas correntes: uma, expressa no projeto do deputado Paulo Delgado (PT-MG), que substitui os manicômios por tratamentos mais humanitários; e outra, dos proprietários de hospitais, que pretende a continuação do atual modelo — afirmou.

O projeto tramita no Senado há sete anos e recebeu parecer favorável do senador Lucídio Portella (PPB-PI). No entanto, foram apresentadas emendas de plenário, que serão relatadas por Sebastião Rocha. Para o atual relator, o trabalho de Lucídio representa um avanço, mas não toca no ponto central, “que é se os manicômios devem continuar como um dos modelos de tratamento”. Sebastião Rocha informou que já decidiu convocar audiências públicas com as partes interessadas, prin-



Sebastião Rocha vai convocar audiências públicas para debater a proposta

cipalmente para ouvir a opinião do Ministério da Saúde.

— Eu não tenho posição radical sobre o assunto. O objetivo é chegar a um ponto de convergência sobre a matéria, mas espero que a ênfase não seja o interesse econômico dos donos de hospitais — disse o senador.

Sebastião Rocha fez um apelo durante audiência com o ministro da Saúde, José Serra, para que o governo interceda junto aos líderes no Congresso e o pedido de urgência seja retirado. O ministro garantiu que o pedido não partiu do governo, e acrescentou que a decisão sobre a questão deve ser tomada pelo Congresso Nacional.

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senador Ademir Andrade (PSB-PA), acredita que a posição do ministro a favor do fim dos manicômios fará os líderes reverem sua posição. Segundo ele, o pedido de urgência para votação da matéria não expressou a vontade do governo, mas “a opinião de alguns senadores, interessados em manter o modelo atual”.

Cabral prega desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia

Senador defende maior divulgação dos atrativos da floresta e instalação de novos hotéis para receber americanos, japoneses e europeus

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou ser incrível que, em 1996, o ecoturismo tenha rendido US\$600 milhões só nas selvas da Costa Rica, país aproximadamente do tamanho do Espírito Santo. Ele calcula que a Amazônia, região 98 vezes maior que a Costa Rica, tenha recebido nesse período apenas US\$40 milhões — 7% do dinheiro direcionado àquele país.

Sustentando que é possível preservar a Amazônia sem devastá-la, o senador assegurou que a opção mais adequada para a região é o turismo ecológico, modalidade em voga entre americanos, japoneses e europeus, que — observou — “já se cansaram de fotografar a Torre Eiffel”. Em sua opinião, os ecoturistas mostram-se vivamente interessados nas selvas tropicais.

Conforme o parlamentar, em 1996, o ecoturismo movimentou no mundo US\$260 bilhões, dinheiro gasto em caminhadas pelo Himalaia, passeios em lombo de camelo pelo norte da África, visita a crateras de vulcão na ilha de Bali e outras aventuras. Cabral salientou que a Amazônia é a maior das sel-

vas tropicais do mundo, no entanto desfrutava de um turismo píffio.

Ele disse que em 1996 turistas estrangeiros gastaram US\$2,3 bilhões no Brasil, mas apenas 3% dessa quantia foram gastos em passeios pela natureza, divididos entre Pantanal, Amazônia e parques nacionais, como o de Iguaçu, no Paraná. Também informou que, para um território de cinco milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia é servida por apenas 17 hotéis dedicados ao ecoturismo, na maioria instalados nos últimos anos.

— É muito pouco. Há espaço para instalar outros 30 hotéis, desde que seja feita uma boa divulgação dos atrativos que a floresta proporciona — analisou o parlamentar.

Cabral explicou que, apesar da deficiência da infra-estrutura turística do Amazonas, a revista *Newsweek* citou o hotel Ariaú Jungle Towers, situado à margem direita do rio Negro,



Cabral lembra que em 1996 o ecoturismo movimentou no mundo US\$260 bilhões

como um dos lugares exclusivos, em condições de satisfazer ao mais exigente turista. O senador disse que o reconhecimento desse hotel por uma das mais importantes revistas do mundo “faz jus ao presidente do Arú Amazon, Francisco Ritta Bernardino, porta-voz de uma experiência que demonstra haver soluções racionais para a exploração da mata”.

Amin saúda aniversário de cooperativa

O 31º aniversário da Cooperativa Regional Alfa Ltda. (Cooperalfa), de Chapecó, a segunda maior de Santa Catarina, ocorrido no dia 29 de outubro, foi saudado pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC). Afirmando que se trata de “uma empresa sólida, que muito colabora para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina e da região Sul”, Amin informou que, no âmbito das cooperativas brasileiras, a Cooperalfa foi a 14ª em faturamento no ano de 1997 e, em 1998, sua renda bruta deverá ficar em torno de R\$ 215 milhões.

Para um futuro próximo, continuou o senador, a Cooperalfa planeja atuar também no ramo de comida rápida, com o

lançamento de uma linha de batatas fritas, além de ampliar, já no início do próximo ano, a sua capacidade de esmagamento de soja de 500 para 700 toneladas ao dia. De acordo com Amin, a Co-operalfa congrega 8.800 famílias de agricultores, 800 funcionários, 57 filiais, dez supermercados e oito silos graneleiros dotados de alta tecnologia de secagem e armazenagem. Além disso, informou o senador, movimentam-se anualmente dois milhões e 200 mil sacas de milho e igual quantidade de soja, 200



Amin destaca importância da empresa

mil sacas de feijão, 400 mil sacas de trigo, 13,2 milhões de litros de leite, 12 milhões de frangos e 400 mil suínos.

Para dar suporte aos produtores associados e suas famílias, a Cooperalfa tem uma equipe de 50 profissionais, que são responsáveis por programas importantes como Qualidade nos Negócios Agrícolas, em colaboração com o Sebrae, Sanidade

Animal, Uso Correto de Agroquímicos, Plantio Direto e Cultivo Mínimo e Administração Rural, em parceria com o Senar.

Amorim denuncia equívoco do Banco Central na administração do Beron

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) classificou de “equivoco desastroso” para as finanças do seu estado o fato de o saneamento do Banco do Estado de Rondônia (Beron), feito pelo Banco Central, não ter obedecido ao decreto-lei que disciplina o Regime de Administração Especial Temporária (Raet), especificamente o artigo 9º do Decreto-Lei nº 2.321/87, que prevê a utilização de re-



Ernandes Amorim

ursos da Reserva Monetária e do BC para o saneamento econômico-financeiro da instituição.

— Não há recurso na conta da Reserva Monetária, foi extinta; portanto, não havendo recurso nesta conta, cabe o adiantamento do Banco Central — argumentou Amorim, acrescentando que a não aplicação da norma está resultando em extraordinário prejuízo para Rondônia.

O senador disse que as informações foram prestadas pelo Ministério da Fazenda, atendendo a requerimento de sua autoria. Revelou que, durante a gestão do Banco Central no Beron, de fevereiro de 1995 até abril de 1998, as obrigações da instituição cresceram de R\$ 146 milhões para R\$ 502 milhões. “Na mesma medida, o prejuízo acumulado cresceu de R\$ 21 milhões, no balanço de dezembro de 1994, para R\$ 369 milhões, no balanço de dezembro de 1998. Um acréscimo de R\$ 348 milhões”, explicou.

Jonas pede interferência de ACM em favor da agricultura

Ao assinalar ontem a “situação dramática” da agricultura brasileira, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) reiterou seu apelo ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que interceda junto às autoridades econômicas no sentido de que seja elevada de 25% para 30% a exigibilidade bancária para o financiamento agrícola. A medida representaria, segundo o senador, cerca de R\$1,1 bilhão a mais para o crédito rural em 1999. Os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Leomar Quintanilha (PPB-TO) solidarizaram-se com o orador.

De acordo com Jonas Pinheiro, Antonio Carlos Magalhães já encaminhou documento ao Ministério da Fazenda com essa solicitação. No entanto, segundo ele, o Banco Central tem mostrado “uma grande resistência para atender ao aumento da exigibilidade”. Se os recursos não forem liberados até o próximo dia 30, segundo Jonas Pinheiro, apenas seu estado, o Mato Grosso, deixará de produzir um milhão de toneladas de grãos.

Apesar de instituições como a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), a



Jonas alerta que falta de recursos pode prejudicar produção

Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Frente Parlamentar da Agricultura e o Ministério da Agricultura também defenderem o aumento de 25% para 30% da exigibilidade bancária para o crédito rural, o BC continua “até agora irredutível”, lamentou o senador.

FORÇA POLÍTICA
Para o senador Carlos Bezerra, as dificuldades que Jonas Pinheiro identifica na agricul-

tura são resultado da “falta de força política do setor”. De acordo com Bezerra, apesar de atravessar um momento “dos mais dramáticos”, a agropecuária brasileira é vista de maneira secundária pelo governo, “para quem o importante é o setor industrial de São Paulo”.

O senador Leomar Quintanilha também criticou o tratamento dado às atividades rurais no Brasil: “É lamentável que elas sejam tratadas com tanto descaso”, afirmou. Além dos problemas já citados, Quintanilha também mencionou as dificuldades que os países ricos estão criando para a importação de produtos agrícolas brasileiros, como subsídios e obstáculos sanitários.